

O MUSEU DO CÔA E A SUA CIRCUNSTÂNCIA

por

Susana Oliveira Jorge*

Resumo: A autora exprime a sua opinião, como investigadora que trabalha na região de Foz Côa desde 1989, sobre o futuro Museu do Côa e suas características.

Palavras-chave: Vale do Côa; museu; cultura e desenvolvimento regional.

1. DESCOBERTA CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A construção anunciada do futuro Museu do Côa ocorre num contexto histórico preciso que, hoje, mais do que nunca, vale a pena recordar:

– O Museu do Côa justifica-se, em primeiro lugar, como corolário duma grande descoberta científica do séc. XX: a capacidade cognitiva da humanidade de há cerca de 20.000 anos (baliza cronológica muito genérica) de saber organizar de forma simbólica paisagens inteiras, e não apenas espaços subterrâneos, naturais e obscuros, como as grutas.

Ou seja, a descoberta duma maneira totalmente inovadora de “domesticar” a paisagem, introduzindo-lhe – em amplos espaços – signos, grafismos, padronizados. Na verdade, a descoberta da arte paleolítica do Côa não é “mais do mesmo”: não foram ali detectadas mais grutas pintadas e/ou gravadas, mesmo que deslumbrantes. A descoberta da arte rupestre de ar livre do Côa instalou em nós a percepção de que a humanidade de há 20.000 anos pensava os territórios que manipulava, e onde vivia, duma forma radicalmente diferente do que antes tínhamos imaginado, e também de um modo completamente diverso das “humanidades” que tinham antecedido o Paleolítico superior.

Tratou-se dum contributo extraordinário – uma autêntica “revolução”, diria, se a palavra não estivesse um pouco gasta, mesmo em arqueologia – para a com-

* Prof.^a da FLUP-DCTP (Coordenadora da Secção de Arqueologia). E-mail: vojsoj@mail.telepac.pt

preensão da história do pensamento humano, contributo esse que se operou em território hoje português, nos finais do séc. XX.

É certo que esta descoberta, enquanto contributo científico, que revolucionou, como disse, a maneira de apreender a complexa mente dos nossos antepassados, não foi ainda compreendida pelo público em geral. Refiro-me mesmo a uma parte significativa do público cultivado. A generalidade das pessoas não se apercebeu ainda do que se alterou – do ponto de vista dos nossos conhecimentos e intuições sobre as formas de arte mais antigas da Europa – com a descoberta da arte do vale do Côa. O que significa que uma grande maioria dos cidadãos não interiorizou a importância e o fascínio científicos de tal descoberta, nem, por isso mesmo, a necessidade de ela dever polarizar a atenção dos poderes públicos.

Neste aspecto, cabe ao Estado fornecer meios aos investigadores, aos professores e a vários técnicos do património para poderem realizar todo um programa de divulgação duma realidade histórica, à partida, difícil de fazer partilhar pela generalidade da população. De facto, a sua importância não é de apreensão imediata, implicando dispor-se de alguns conhecimentos e instrumentos conceptuais.

Como é óbvio, o Museu do Côa emerge, neste contexto, como uma peça essencial para fazer aproximar as pessoas do seu passado longínquo: começa a ser estranho (para não dizer pouco ético), que Portugal possua no interior do seu território um valor histórico e patrimonial classificado pela UNESCO como um bem da humanidade, e que a grande maioria da população (sobretudo a menos escolarizada) não tenha ainda conseguido compreender as razões profundas de tal distinção. É preciso estabelecer essa ponte de comunicação – trata-se de um dever cívico para com os nossos concidadãos.

– A arte rupestre do Côa localiza-se no Alto Douro português, numa região interior, deprimida, embora contendo conhecidos valores patrimoniais e inúmeras valências potenciais. Desta forma, o futuro Museu do Côa justifica-se, em segundo lugar, como mais uma manifestação da vontade de urgente desenvolvimento regional da área onde essa infra-estrutura se vai implementar. Desenvolvimento regional que deve valorizar toda uma região fronteiriça, tendencialmente desertificada em termos humanos, que confina com a vizinha Espanha, e que, com ela, pode e deve criar sinergias em múltiplos sectores e a diferentes níveis.

Assim, o Museu do Côa, pela sua simples existência, serve para unir, para criar coesão local, regional, e até nacional (contribui, certamente como muitas outras iniciativas, para articular interior e litoral, compensar o enorme desequilíbrio existente no país), tendo óbvias repercussões num plano de cooperação supranacional. O Museu deve funcionar como um nódulo importante e decisivo numa rede de objectivos e iniciativas que articulem autarquias, associações, cidadãos, regiões, e, em última análise, os próprios Estados ibéricos.

Não devemos temer que o futuro Museu seja uma estrutura sub-aproveitada por falta de visitantes ou de público local. Devemos, claro, conceber um projecto bem dimensionado, mas integrá-lo dentro de uma programação mais vasta – e, nessa rede, ele terá utilização plena. O que não podemos é repetir o crónico erro português: fazer pequeno, planejar mal, e depois da obra feita verificar que, afinal, se tivéssemos previsto melhor o futuro, e com um bocadinho só mais de audácia, se pouparia futuros constrangimentos e novos gastos ou ampliações.

Desta vez, façamos junto à fronteira algo que aproveite bem uma oportunidade única, e já divulgada em todo o mundo, potenciando-a. Uma estrutura que simbolize a ultrapassagem de duas dicotomias, numa síntese feliz: a de dois Estados que se guerreraram no passado, e que hoje são dois parceiros da vasta comunidade europeia; e a de duas realidades que, longe de se oporem, se complementam e mutuamente fortalecem – a da consciência histórica e da projecção para o futuro, a do património e a do desenvolvimento sustentado, a do Paleolítico e a do séc. XXI.

– O Museu do Côa, emergindo na sequência duma grande descoberta científica, de âmbito mundial, e devendo assumir-se como um elemento potenciador do desenvolvimento regional e dum processo de interacção económica e social com a vizinha Espanha, tem, por força de razão, de respeitar, na sua génese, alguns princípios elementares:

1. O projecto do seu figurino global deverá sujeitar-se a um prévio mas amplo debate de ideias, no qual intervenham agentes dos mais diversos quadrantes. O debate é urgente, como urgente é a necessidade do Museu arrancar, não podendo portanto tal debate atrasar mais o processo;
2. O futuro projecto arquitectónico deve decorrer dum concurso público internacional, do que irá resultar, como consequência óbvia, um obra de qualidade indesmentível, conferindo categoria ao lugar em que se implementar, e portanto constituindo, por si só, uma mais-valia para a região;
3. Os conteúdos do futuro Museu do Côa – que, do meu ponto de vista, deverão ter uma incidência regional, mas integrada no seu âmbito ibérico – deverão ser definidos tendo em conta pareceres de investigadores credíveis que trabalhem na região ou, na sua ausência (para certas áreas, temas, ou períodos cronológicos), de especialistas credenciados convidados para o efeito;
4. É óbvia a necessidade duma relação programática entre o Museu do Côa e o Parque Arqueológico. Museu e Parque, apesar de entidades autónomas no seu estatuto próprio e funcionamento interno, devem agir em sintonia, enquanto instrumentos poderosos para a materialização dum programa de desenvolvimento regional, ancorado na cultura como um valor transversal, programa esse entendido como um verdadeiro desígnio nacional.

2. O MUSEU DO CÔA: ALGUMAS EVIDÊNCIAS

– Parece-me que, dadas as circunstâncias atrás referidas – a existência dum contexto arqueológico de importância extrema, classificado como “bem da humanidade”, inserto numa região deprimida que importa desenvolver – o Museu do Côa deverá ser um museu nacional de conteúdo e incidência regional, abrangendo tematicamente e em termos programáticos toda a área envolvente do vale do rio Côa.

Esta postura contraria frontalmente a tendência, subjacente a certos discursos, para considerar que os museus nacionais só devem existir nas principais cidades, de preferência no litoral. Um museu nacional no interior “rural” (realidade, aliás, e apesar de tudo, em profunda transformação, como sabemos, nomeadamente à medida que as acessibilidades forem melhorando) confere necessariamente àquela região fronteiriça, onde se insere, uma valorização e um estatuto de primeiro plano, que proporcionará estimulantes e permanentes contactos com o outro lado da raia.

Não se trata de pensar que o Museu, só por si, “desenvolverá” seja o que for. Trata-se de considerar que ele será um sinal de mudança de mentalidades e estratégias concentradas hoje no litoral, fazendo sinergia com outras iniciativas, dentro de um projecto de desenvolvimento do interior que o conecte (até em termos turísticos) com o litoral português, sobrecarregado, e com as regiões vizinhas da Espanha. Não nos podemos esquecer de que este último país é um dos maiores destinos turísticos mundiais.

Fazer no Côa obra “acanhada” (neste como noutros aspectos) seria mostrar pouca audácia ou perspectiva de futuro, e uma visão (essa sim, provinciana) pequena, sobre o que se afigura como uma oportunidade grande e única. O que não significa realizar algo de desproporcionado, gigantesco, ou difícil de manter. Está aqui um caso exemplar em que se tem de conjugar certa ousadia com o bom senso, o que implica articulação de vontades e liderança forte.

– O conteúdo do Museu deve evidentemente ter em conta a sua primeira motivação – as gravuras rupestres, património da humanidade – mas sem descurar a necessidade de ir subindo de “escala” até à consideração do contexto das mesmas (arqueológico e histórico), e, finalmente, aos principais valores patrimoniais da região como um todo.

Neste âmbito, o Museu poderia apontar no seu discurso para alguns dos valores mais “perenes” da região, desde a sua agricultura, e arquitectura vernácula, até às formas da paisagem (modeladas pela natureza e pelo homem), aos modos de vida tradicionais e actuais, às inovações que foram sendo introduzidas, à “experiência de fonteira” em todas as suas dimensões, etc., etc.

Mais especificamente, as galerias permanentes do Museu – o seu discurso

“estável”, por assim dizer – deveriam abordar, entre outras (algumas até já brevemente mencionadas) as seguintes temáticas:

1. A arte paleolítica do vale do Côa e seu enquadramento paisagístico, actual (e, na medida do possível, passado). A integração regional, pensinsular e europeia deste tipo de “arte”, incluindo as formas de vida dos caçadores-recolectores que a produziram.
2. Toda a evolução cultural da pré-história recente, incluindo a arte esquemática, a arte da Idade do Ferro (tão abundante no Côa e no Douro próximo), devidamente enquadradas na pré-história e na proto-história regionais. Dois momentos haveria para já que salientar, tendo em conta as investigações realizadas na zona: a transição do Mesolítico para o Neolítico antigo (ou seja, o começo do longo processo de adaptação dos caçadores-recolectores ao mundo pós-glaciar); e o período das “idades” do Cobre e do Bronze antigo e médio (isto é, o desenvolvimento pleno da agricultura/pastorícia e a marcação do espaço de cada “território” por recintos monumentais dominando a paisagem).
3. A romanização da região, a Alta Idade Média, a restante Idade Média, a evolução histórica durante as Idades Moderna e Contemporânea.

Há que mostrar, em relação com numerosas pesquisas feitas e em curso, como é que a zona terá sido, nuns momentos, periférica, e noutros, não diremos central, mas mais próxima das grandes “correntes culturais”, para se tornar, recentemente, uma zona cada vez mais “desertificada” em termos demográficos.

Ao longo do itinerário de visita do museu, o público deve ir tomando contacto, consoante as épocas, com os recursos geológicos, mineiros, agrológicos, faunísticos, etc., etc., que foram sendo aproveitados pelo homem.

Por outras palavras, ir-se-á dando conhecimento, ao visitante, da realidade “natural” da região, mas de uma forma dinâmica, porque articulada com cada fase histórica. Ir-se-á explicando quais os solos, fauna, flora, e outros aspectos da geografia regional (pautada pelo modelado do xisto, mas também do granito e do quartzito) que em cada momento foram aproveitados, e com que fins.

Isto é, o Museu deve mostrar esta região como uma construção histórica, ou seja, como o resultado de uma permanente interacção, ao longo de milénios, entre forças naturais e humanas.

E, por outro lado, para adquirir o significado nacional e até internacional que se impõe, deve, para cada fase, dar uma ideia, embora necessariamente breve, do contexto peninsular e europeu em que os fenómenos humanos e sociais se desenvolviam.

Sem dúvida, um museu é um dispositivo de memória, correspondendo ao registo e visibilização de algo que se está perdendo ou que, mesmo, já desapare-

ceu – mas que se entende não dever esquecer, porque faz parte da diversidade da experiência humana. Mas também deverá estar aberto ao futuro, não ser uma “casa de nostalgia”, mas utilizar a memória como uma plataforma de imaginação para produzir o novo, para reinventar soluções. Nesse sentido, o museu é também uma infra-estrutura de inovação e desenvolvimento, polivalentes e modernos – de que o interior tanto carece.

– Sobre a localização do Museu, cuja motivação primeira são as gravuras rupestres, creio que ela deveria respeitar alguns princípios básicos do mais elementar bom senso:

- a) o Museu deveria implementar-se na área confinante das gravuras, ou seja, do vale do Côa, integrando-se na ambiência natural onde as mesmas foram executadas;
- b) o Museu deveria ocupar uma área relacionada com a anterior obra da barragem, por forma a, simbólica e fisicamente, dar um sinal definitivo de irreversibilidade da decisão tomada relativamente à antigamente projectada obra de engenharia;
- c) idealmente, o Museu deveria aproveitar a zona “ferida” pelas obras preparatórias de construção da barragem para, através da sua implantação, ajudar a repor a paisagem anteriormente agredida. Além disso, essa zona é, na margem esquerda, de excelente localização, e nela já se abriram espaços onde o Museu e todo o seu contexto se podem facilmente implementar, em termos físicos;
- d) o Museu deverá ter boas acessibilidades por estrada, preferencialmente já delineadas ou existentes, para não ter que se investir em novas infra-estruturas excessivamente dispendiosas.

Existe um lugar que une todas estas condições, como já acima se sugeriu: a margem esquerda do Côa na zona da Canada do Inferno.

Ainda recentemente tive a oportunidade de visitar o sítio e verificar a excelência deste lugar, qualquer que viesse a ser o projecto concreto de museu que ali se implementasse.

De facto, não conheço com o suficiente pormenor o projecto arquitectónico já realizado, para sobre ele me poder pronunciar.

Mas é bem conhecido que desde 1989 desenvolvo trabalhos arqueológicos na região, tendo acompanhado o “processo do Côa” desde o seu desencadear, em fins de 1994. Nessas condições, é meu dever cívico pronunciar-me sobre este assunto, deixando aqui registada, publicamente, e como investigadora, a minha perspectiva pessoal, como contributo para uma reflexão colectiva.

– Relativamente aos equipamentos indispensáveis no âmbito dum museu nacional, de conteúdo e incidência maioritariamente regional, é evidente que o

edifício tem de dispor das sub-unidades hoje consideradas indispensáveis a uma infra-estrutura deste tipo. Entre elas, acentuo apenas a importância de uma, por me parecer estratégica no quadro da compreensão integrada do património da região, por parte de todos os visitantes.

Refiro-me a um mini-auditório de “acolhimento” (talvez com capacidade para uma centena de pessoas) onde o público pudesse aceder, em termos audio-visuais, às diversas valências da região. Filmes curtos (10, 15 minutos), que passariam continuamente, e que poderiam ser complementados (para públicos mais sectoriais, e a horas previamente anunciadas) com outras curtas-metragens tematicamente mais específicas, abordando temas diversos, desde a fauna e flora da região, recursos hídricos, história, arqueologia, projectos de desenvolvimento, etc., etc.

Ou seja, tratar-se-ia de um espaço de iniciação, ou introdução, à visita da área do vale do rio Côa, desde a nascente à foz, por forma a preparar os visitantes para a sua plena fruição. Creio que este aspecto, parecendo secundário, é essencial. Implica naturalmente, a montante, a existência de circuitos turísticos devidamente organizados, insertos no mercado da especialidade e na sua rede de postos de venda/divulgação (em Portugal e Espanha, nomeadamente na zona de Castilla-León), e portanto publicitados e comercializados pelas vias próprias.

O Museu, como é óbvio, tem de ser um elemento de um circuito, ou de vários tipos de circuitos: ele deve emergir como um dos pólos de uma rede destinada à descoberta do “espírito” duma região privilegiada, do ponto de vista patrimonial e natural, em perfeita continuidade com a da Meseta norte espanhola.

3. CONCLUINDO

O Museu do Côa não tem grande utilidade para o país se ficar reduzido a uma dimensão local ou mesmo meramente regional.

Também não deve ser encarado como uma simples promessa por cumprir, mas assumido como um projecto que visa simultaneamente o desenvolvimento regional e a afirmação da identidade nacional.

O Museu do Côa deve ser um grande museu do interior, uma obra marcante do regime democrático, que saiba conjugar os desideratos locais e regionais com os desígnios de âmbito nacional.

Trata-se de algo excessivamente importante para ser instrumentalizado por quem quer que seja, ou por forças de qualquer natureza. É um teste à capacidade dos portugueses de se elevarem acima das pequenas quezílias e protagonismos, e de, a partir de um recurso milenário, erguerem obra que desafie o tempo.

Porto, Novembro de 2002.



Fig. 1 – O rio Cóa visto de helicóptero (em primeiro plano, margem direita do rio), observando-se as pedreiras do Poio, próximo da Canada do Inferno (foto V.O.J., Setembro 2002).

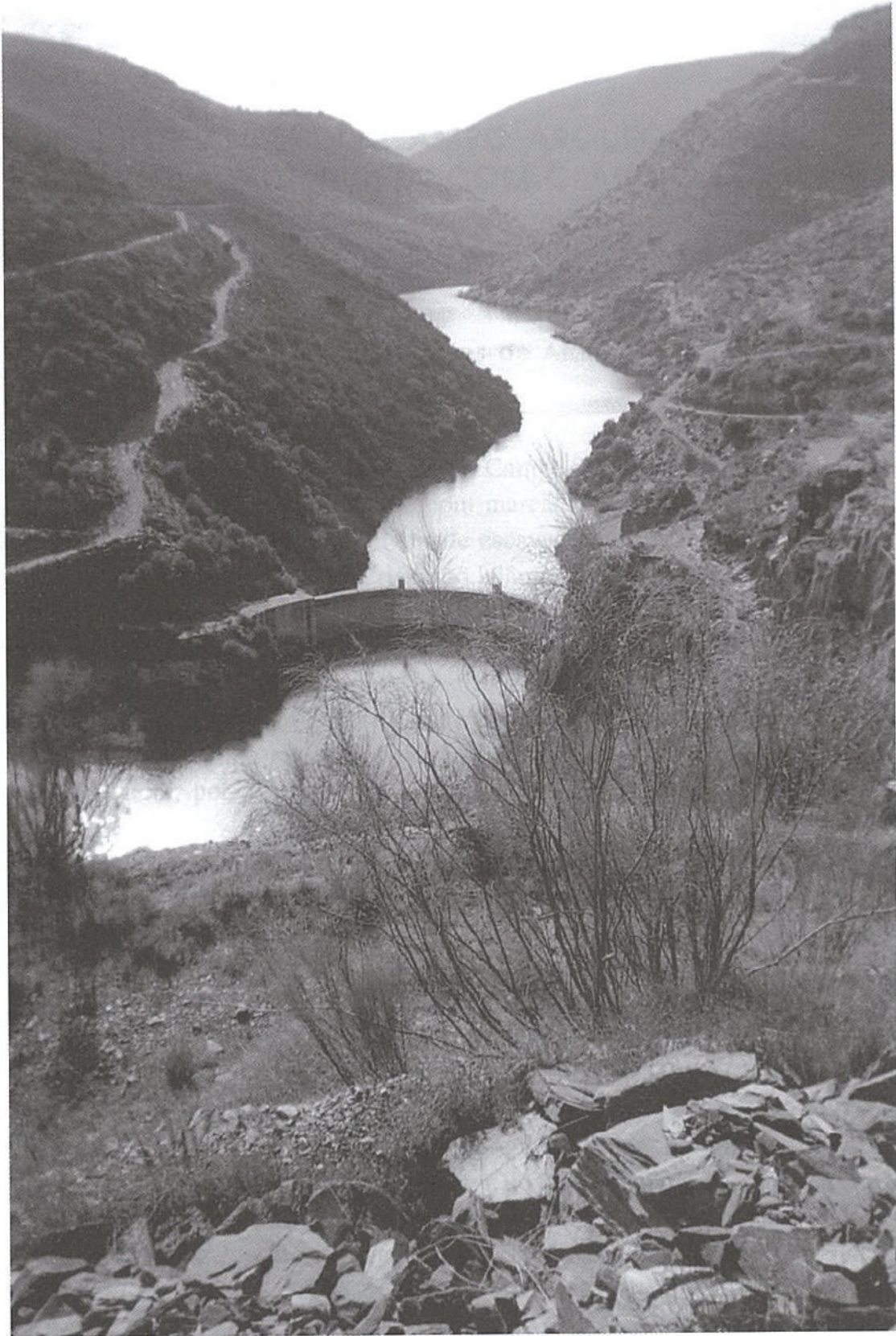


Fig. 2 – Rio Côa na área da ensecadeira da projectada barragem, perto da Canada do Inferno (foto V.O.J., Novembro 2002, tirada da margem esquerda do rio).